



## BOLSONARO TEM, SIM, PODERES SOBRE A POLÍTICA DE PREÇOS DA PETROBRÁS



Tentando construir uma farsa eleitoreira, Jair Bolsonaro (PL) afirmou, no último dia 17, que vai propor uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar a Petrobras. Ele tenta se descolar dos aumentos nos preços dos combustíveis e amenizar o impacto negativo que a inflação tem provocado na população. O presidente está preocupado com o índice de rejeição ao seu governo, que busca a reeleição para dar cabo ao projeto neoliberal de entrega dos recursos naturais e das estatais ao capital estrangeiro e de destruição da proteção estatal aos trabalhadores.

O novo aumento da Petrobras foi aprovado por todos os conselheiros que Bolsonaro nomeou para a Empresa e ele mente ao afirmar que não tem poderes sobre a política de preços da Empresa, uma vez que seu governo mantém a política de Paridade de Preços Internacionais (PPI), tomada no governo Temer.

Populista e insano, o líder de extrema-direita agora vai à imprensa desmentir as falácias sobre supostos prejuízos que a empresa daria, inventadas, desde a Lava Jato, para justificar a sua privatização. De repente, o governo tenta convencer a população de que está preocupado com o fim social dessa importante estatal, enquanto seu ministro da Economia, o ultraneoliberal Paulo Guedes, a entrega de bandeja às corporações estrangeiras.

Outra medida descabida de Bolsonaro foi a apresentação do Projeto de Lei (PLP) 18/2022, que limita a alíquota máxima de ICMS (imposto sobre a circulação de mercadorias) de combustíveis, energia, transportes coletivos, gás natural e comunicações ao

classificá-los como bens essenciais. O PLP, aprovado na Câmara dos Deputados no último dia 15, não passa de uma armadilha para atacar gestores de oposição e legitimar o falso discurso de que o alto preço dos combustíveis se deve às alíquotas do imposto.

Tal iniciativa não ataca a raiz do problema, que reside na política de preços da Petrobras, a PPI. E o mais perverso do Projeto está no fato de que, ao limitar a alíquota do ICMS em 17%, os recursos destinados aos estados e municípios e às áreas de atuação pública mais fundamentais serão drasticamente afetados. O Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica), por exemplo, poderá perder R\$ 20 bilhões e o Sistema Único de Saúde (SUS), R\$ 11 bilhões.

A proposta inclui também a redução a zero das alíquotas de Cide-Combustíveis e PIS/Cofins incidentes sobre a gasolina, mas somente até 31 de dezembro de 2022. No entanto, tais tributos federais já estão zerados para diesel e gás de cozinha, ou seja, a população mais afetada pela crise, que vive em situação de insegurança alimentar, não será beneficiada.

O governo Bolsonaro e toda a direita neoliberal agem em favor dos lucros de um grupo seletivo de parasitas mundiais. A demagogia que fazem em favor do povo tem como único objetivo ganhar apoio para continuarem no poder a fim de resolverem o problema da crise dos grandes capitalistas. E essa crise só se resolve esfolando a classe trabalhadora. A Petrobras é do povo brasileiro e deve ser controlada por governos populares, a serviço da maioria. Não à privatização das estatais! Pelo fim do PPI! Fora Bolsonaro!



## TELETRABALHO: ARMADILHAS PARA O ENSINO SUPERIOR



A pandemia abriu caminhos para o avanço do uso de plataformas digitais privadas no trabalho remoto emergencial. Nas Instituições de Ensino Superior o objetivo é implantar o Programa de Gestão de Pessoal e Desempenho para atividades técnicas administrativas por meio de teletrabalho.

Além de transferir custos e responsabilidade do empregador para o trabalhador e não permitir a separação física do espaço da vida familiar com o do trabalho, o teletrabalho, ao desmontar os espaços coletivos, aumenta a

individualização e a desarticulação entre as categorias. Aumenta também o controle consolidado nos processos de avaliação por desempenho e produtividade.

A tendência é a de que o modelo seja replicado para as atividades de ensino, haja vista que os grandes conglomerados privados, que fornecem serviços de plataformas virtuais para ensino remoto, estão ávidos para abocanharem verbas públicas da Educação.

O projeto é de que haja um avanço da EAD no Ensino Superior público, como já há no privado. Isso explica a atual política de fechamento e sucateamento de escolas e universidades públicas, junto à implementação de políticas de transferência, para as famílias e para empresas privadas, por meio da “voucherização”, do papel da educação das crianças e dos jovens.

Com a privatização e destruição da Educação Pública, da função docente e da formação de sujeitos sociais coletivos, o governo avança também no controle ideológico da Educação. Somente a organização e a luta coletiva serão capazes de deter o projeto de destruição da Educação Pública Brasileira.

## CORREIOS-MG: ASSEMBLEIA REAFIRMA COMPROMISSO DE LUTA E REFERENDA PAUTA DE REIVINDICAÇÃO DA CATEGORIA

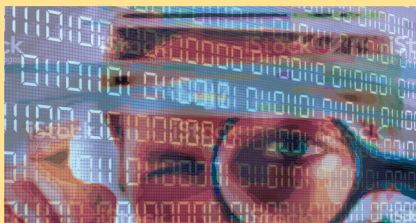


Aconteceu no dia 21 de junho, na sede do SINDADOS em Belo Horizonte, a assembleia dos trabalhadores dos Correios da base de Minas Gerais.

Como parte de sua campanha salarial para 2022, os trabalhadores reafirmaram o compromisso de construção de uma forte mobilização da categoria contra a retirada de direitos, defesa da histórica pauta de reivindicações e luta contra a privatização dos Correios.

O SINTECT-MG mantém seu compromisso de luta e conclama todos os trabalhadores a lutarem nesta campanha salarial contra a retirada de direitos, em defesa do Correio público e de qualidade.

## HARPIA TECH: UM SISTEMA ESPÃO PARA O MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



O Tribunal de Contas da União (TCU) autorizou, no dia 8 de junho, a retomada do contrato do Ministério da Justiça e Segurança Pública para a aquisição de uma solução de inteligência do Sistema Harpia Tech, cujo pregão eletrônico que o contratou havia sido suspenso pelo TCU em 2021 devido à denúncias de irregularidades na licitação e de ilegalidade da contratação de um sistema capaz de monitorar e perfilar cidadãos sem qualquer justificativa prévia, sem mecanismos de controle e fiscalização. ONGs ligadas aos Direitos Humanos, que

fizeram a denúncia, também questionaram a própria modalidade de licitação adotada, absolutamente inadequada para o tipo de serviço pretendido.

A Harpia Tech pertence à Filipe Soares, que foi oficial de inteligência da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) até 2019. O sistema será utilizado pela Secretaria de Operações Integradas (Seopi) da Secretaria Nacional de Segurança Pública, vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública. Na prática, trata-se de um sistema de espionagem, que poderá violar o direito à privacidade, interferir na liberdade de imprensa e aprofundar mecanismos de perseguição à ativistas de oposição ao governo e aos movimentos sociais.

Com o governo Bolsonaro, os direitos democráticos da população ficam, a cada dia, mais ameaçados e o desenvolvimento tecnológico pode ser instrumento para o fortalecimento do controle social. A única forma de se enfrentar tal opressão é fazendo crescer o poder da classe trabalhadora na organização da sociedade.